

A falta de investimentos privados. Do Saneamento até os Aeroportos

O enfrentamento dos gargalos da infraestrutura econômica e dos agudos déficits da infraestrutura social – por parte da União, dos estados e dos municípios – contaria com bem mais recursos e teria resultados bem melhores se a parceria da iniciativa privada estivesse avançando, ao invés de seguir muito limitada ou simplesmente bloqueada, como se encontra.

O exemplo mais emblemático de bloqueio à parceria é a situação crítica dos aeroportos geridos pela Infraero. Que são incapazes de atender ao crescimento regular da demanda e suscitam fortes preocupações com o que poderá acontecer diante do salto da demanda na Copa da FIFA em 2014. Aeroportos que estariam sendo ampliados, modernizados e complementados por novos se o Palácio do Planalto não houvesse vetado as propostas da Infraero para transferir à iniciativa privada a gestão de grandes terminais do Centro-Sul do país.

Outro exemplo significativo, também de responsabilidade do governo central, é o da precariedade das rodovias federais, em boa parte devida à suspensão dos processos de concessões, que estavam previstos e pararam no primeiro lote.

Mas lentidão e timidez ou até passos atrás no encaminhamento de PPPs e concessões de serviços públicos não veem sendo características apenas da atuação do governo do presidente Lula (especialmente no segundo mandato), pois se manifestam também na grande maioria das administrações estaduais e municipais (com ressalvas para as concessões rodoviárias e algumas outras ações dos governos paulista e mineiro).

E os efeitos sociais mais amplos da obstrução de parcerias pelas três esferas do poder público são os que se traduzem na carência de investimentos para o Saneamento Básico. Cujos pro-

gramas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos estão muito aquém de necessidades essenciais de grande parcela da população, como pesquisa recente do IBGE demonstrou.

Como assinalamos no **Informe APEOP** da semana passada, uma convergência de resistências ideológicas e de reações corporativistas obstruem a abertura a investimentos privados pelos órgãos federais que decidem sobre tais programas e pelas secretarias, autarquias e empresas públicas nos governos estaduais e municipais.

Efeitos sociais igualmente importantes dessa carência evidenciam-se em mais campos prioritários – e desafiadores – da administração pública: os da Segurança, da Saúde, da Educação, entre outros. Nos quais os exíguos recursos próprios dos governos podem ter a complementação de investimentos privados na construção, modernização e gestão, mais eficiente, de equipamentos e serviços. Complementação essa facilitada, hoje, pelo interesse de vários fundos de investimento de fazerem aplicações num país como o nosso com a economia estabilizada e em franco crescimento.

Cobrança aos próximos governos – O presidente da APEOP, Luciano Amadio, considera oportuna e relevante a cobrança empresarial de superação de resistências e para efetivo desencadeamento de parcerias destinadas à ampliação e melhoria dos serviços públicos, “tendo em vista os novos governos federal e estaduais a começarem suas gestões no início de 2011”.

“E essa cobrança reflete também nossa postura de cidadãos que reclamam ações efetivas contra os enormes gargalos e déficits de nossa infraestrutura econômica e social”, conclui Luciano.